



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Manifesto em defesa do direito à terra e à cultura indígena

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), por meio de sua Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade e de sua Assessoria de Relações Étnico-Raciais, vem a público manifestar preocupação com a intensificação do descaso do Poder Público às populações indígenas e tradicionais.

Neste momento, em que a sociedade brasileira enfrenta a pandemia ocasionada pela Covid-19, que já ceifou mais de 100 mil vidas e que desnudou as desigualdades sociais, sobretudo, nas regiões com populações rurais (tradicionais, quilombolas e indígenas), acompanhamos também, infelizmente, o avanço desmedido de ações contra essas populações, tensionando o direito à terra e a autonomia de cultivar seus valores culturais.

Em 27 de maio de 2020, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) noticiou em seu portal eletrônico¹ o processo de consulta pública para a concessão das Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula (ambos municípios do RS). Essas áreas são reivindicadas, por meio de processo administrativo, desde 2008² pelos povos originários e o processo se encontra em análise na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em 03 de julho, a comunidade indígena de Serrinha/RS solicita a intervenção da FUNAI e do Ministério Público Federal ante um conflito interno, e que também, segundo eles, envolve a questão da terra. De acordo com a pesquisa realizada pelo Ministério Público Federal e publicada em maio de 2020³, 64% (sessenta e quatro por cento) dos casos de violência em territórios indígenas, quilombolas ou de outros povos

¹<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/11112-governo-abre-consulta-para-concessao-de-florestas-no-rs>.

²<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580941-povo-kaingang-retoma-terra-tradicional-em-canela-rs>

³<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/conflitos-associados-a-terra-sao-principal-causa-de-violencia-contraindigenas-e-comunidades-tradicionais-no-brasil-segundo-mpf>

tradicionais são ocasionados por disputas de terras, e entre 2010 e 2019 o Rio Grande do Sul aparece em segundo lugar no ranking de registros, acompanhado da Bahia.

Em repúdio a essas ações supracitadas e a outras semelhantes que inibem o direito de manifestação cidadã dos sujeitos indígenas e dos povos tradicionais, salientamos, de maneira coletiva, junto aos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas e aos Núcleos de Ações Afirmativas do IFRS, a necessidade e urgência de acompanhamento e segurança por parte dos órgãos responsáveis por fiscalizar, implementar e promover as políticas de proteção para esses territórios.

Bento Gonçalves, 14 de agosto de 2020.

